

Recebido em 04 de janeiro de 2023

Aceito em 13 de fevereiro de 2023

Autor para contato: ayres@unisc.br

Dois tempos históricos, dois editoriais: os sentidos do discurso

Two historical times, two editorials: senses of the discourse

Dos tiempos históricos, dos editoriales: los sentidos del discurso

Carlos Renê Ayres

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7783-030X>

Resumo: O presente artigo se constrói no marco teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, considerando as reformulações e ampliações que têm sido propostas no Brasil. A temática abordada é constitutiva do discurso editorialista em torno da Democracia e da dinâmica do jogo político no cenário nacional. Nosso olhar repousa nos saberes próprios das formações discursivas que são constitutivas do discurso da imprensa enquanto forma de produção da opinião pública. Analisamos as marcas linguístico-discursivas buscando tornar visíveis as formas de dizer do discurso da mídia e as relações com suas condições de produção. As estruturas homogeneizadas pelo dizer comportam relações com implícitos e com um imaginário já instituído. No interdiscurso, buscamos o contínuo discursivo desencadeado pelo discurso da imprensa e neste o funcionamento ideológico que se possibilita no jogo discursivo que ali se apresenta.

Palavras-chave: discurso, sentido, memória, imprensa, ideologia, formação discursiva.

Abstract: The present study is based on the Discourse Analysis of the French approach and in the recent studies that have been done in Brazil in this research field. The subject of our investigation editorial discourse (leading article) in the context of the relation of Democracy and the Political Game in the national scene. Our gesture of interpretation rest along the discursive formations established by the discourse of press produced by O Globo. We focused on the linguistic and discursive marks, trying to make emerge the ways of saying of the leading article, and its relation with the conditions of production of the discourse. We understand that the discourse of the editorials makes emerge, in the memory net, new forms of identification of the meaning. Our results reaffirm the relation with the implicits and the

imaginary that already exists. This changing in the comprehension of the discourse makes possible a rupture with the meanings.

Key-words: discourse, meaning, memory, press, ideology, discursive formation

Resumen: El presente artículo se construye en el marco teórico del Análisis de Discurso (AD) de línea francesa, considerando las reformulaciones y ampliaciones que han sido propuestas en Brasil. La temática abordada es constitutiva del discurso editorialista en torno a la Democracia y la dinámica del juego político en el escenario nacional. Nuestra mirada descansa en los conocimientos propios de las formaciones discursivas que son constitutivas del discurso de la prensa como forma de producción de la opinión pública. Analizamos las marcas lingüístico-discursivas, buscando hacer visibles las formas de decir del discurso de los medios y las relaciones con sus condiciones de producción. Las estructuras homogeneizadas por el decir comportan relaciones con implícitos y con un imaginario ya instituido. En el interdiscurso, buscamos el continuo discursivo desencadenado por el discurso de la prensa y en este el funcionamiento ideológico que se posibilita en el juego discursivo que allí se presenta.

Palabras clave: discurso, sentido, memoria, prensa, ideología, formación discursiva.

Preliminares

As formas do dizer constituem uma ilusão dado que, na interpretação dos sentidos, significações são agenciadas na ordem de um possível, atravessadas pela tensão do dizer. A evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz irrompem da ilusão da transparência da linguagem. Mas, nem linguagem, nem sentido, nem sujeito são transparentes. Tendo, pois, uma materialidade, constituem-se em processos em que a língua, a história e a ideologia são peças interdependentes.

É nesse contexto que sujeito, sociedade e sentido são efeitos do trabalho simbólico operado pelo discurso, produzidos pelo funcionamento de saberes advindos de diferentes formações discursivas constitutivas do discurso da imprensa.

Nos anos de 2018 e 2022, tomando a linha editorial de O GLOBO, encontramos dois textos que vamos focar em nossa análise. Ambos produzidos logo após a resposta das urnas para as eleições presidenciais do Brasil nesse intervalo de 4 anos. O primeiro pleito elegeu o Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, o segundo trouxe de volta, de forma inédita, para um terceiro mandato o ex-presidente, Luís Inácio Lula da Silva. Vamos buscar, pelo olhar da

Análise do Discurso, trazer ao plano da reflexão os sentidos que nesse processo de constroem como verdade a serem constitutivas do dizer desses editoriais.

O processo de produção de sentidos implica múltiplas relações que estão imbricadas, entre outros, no entremeio do discurso e das condições de produção. Entra em jogo, então, a memória constitutiva dos dizeres caracterizados pelo discurso que escolhemos como objeto de investigação. É por meio da noção de discurso e sentido, atravessados por um assujeitamento ideológico, que abrimos espaço para a opacidade e para o equívoco como elementos constitutivos do discurso e, por conseguinte, definidores dos efeitos de sentido do discurso da imprensa/mídia.

Os vocábulos democracia, Estado Democrático, direita, esquerda, conservadores e comunistas estão sempre constituindo um conjunto significativo nos discursos que irrompem no meio social. Esses dizeres deslizam de um lugar para o outro, denunciando uma aproximação e uma interdependência, condicionando-os a funcionamentos discursivos em que se mostram como resultado ou efeito.

As marcas linguísticas, que são constitutivas do discurso, fazem irromper sítios significantes que são constituintes do discurso da imprensa. E, no âmbito dos estudos discursivos, esses sítios de sentido são vistos como o possível, o não-preenchido. É no funcionamento discursivo que se possibilita compreender "o sintoma de um sítio significante que ali se produz." (ORLANDI, 1996, p.14). Esse sintoma é índice de uma ausência e se inscreve na materialidade do texto como uma espécie de desorganização textual, como pista de uma escrita que deve ser refeita. O sentido se constrói, não pela ilusão de completude do sujeito, uma vez que é nas falhas, nas rupturas que se percebe que

todo enunciado é intrinsecamente, suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que uma proibição de interpretação, própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Nesse processo, o discurso da imprensa se apresenta no efeito de verdade e sustenta esse efeito por outros efeitos relacionados como efeito de evidência, de universalidade. É um discurso atravessado de outros discursos que se complementam e que são constitutivos de uma memória, pois ao mesmo tempo estabelece relações com o já-dito e com o devir.

Procuramos analisar de que modo o editorial funciona como operador de uma força capaz de produzir sentidos que se renovam em outros dizeres. Para tanto, tornou-se necessária a análise dos processos de representação e identificação como efeito de sentido produzidos nesta sessão que materializa a posição do jornal (e este é um lugar ideológico) na relação que estabelece nos dois tempos comparados: 2018 e 2022. Esses dois ciclos históricos

referem-se às eleições presidenciais ocorridas em cenário de grande tensionamento político-ideológico.

A relação entre o discurso e a história e a constituição de saberes sobre o funcionamento social, deve ser observada a partir das condições sócio-históricas e das possibilidades do dizer.

Por essa razão passamos a (re)constituir as condições de produção dos editoriais, buscando, num primeiro momento o levantamento do contexto imediato, pensando as condições em sentido estrito, para, em seguida, olhar para uma dimensão mais ampla, buscando as condições sócio-históricas e ideológicas que condicionam o discurso.

Constituindo o dispositivo teórico

Revisitando os processos constitutivos da Análise do Discurso, vamos perceber que os estudos de Pêcheux tiveram, como base inicial, as teses de Althusser, o qual estabeleceu intersecções entre a Linguagem, a Ideologia e as Ciências Humanas a fim de compreender a materialidade histórica da língua, que, segundo o seu pensamento, faz-se pelo discurso. É importante destacar que o pensamento desse autor não desenvolveu uma teoria fixa a posturas e doutrinas, pois ele recriou, durante todo o seu percurso intelectual, várias vezes, a Análise do Discurso (AD).

Buscando na fonte da teoria althusseriana, Pêcheux modalizou os seus estudos sobre a ideologia que, para ele, é a materialidade do discurso. É sob a responsabilidade da ação ideológica que o sujeito é interpelado, devendo assumir a sua posição de sujeito social. Essa postura ocorre dentro das instituições sociais denominadas, por Althusser, como Aparelhos Ideológicos do Estado (2008). O grande avanço da teoria pecheutiana consiste na compreensão do discurso como materialidade ideológica, que se apresenta no discurso.

Na formulação do Pêcheux, o discurso é percebido como opacidade. Segundo Orlandi (2005, p. 10), o autor “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos de determinação história dos processos de significação. Estabelece como central entre o simbólico e o político”. A proposta de análise de discurso construída por Pêcheux lançou questionamentos sobre a linguagem, que, até então, não era pensada como parte de um mecanismo ideológico. Assim, Pêcheux refletiu sobre o uso realizado pelas Ciências Sociais, que se apropriavam da linguagem sem considerar os desejos políticos impressos na língua.

A AD pecheutiana constitui uma teoria dinâmica, que tem promovido, até os momentos atuais, debates e reflexões acerca de suas bases epistemológicas e metodológicas. Podemos, no entanto, pontuar dois momentos em que a AD passou por grandes reformulações, que deram origem aos três períodos da Análise do Discurso: o período de construção da teoria (1966-1975); o período de aprofundamento - década de 70; e o terceiro período - a partir da década de 80. Cada período pode ser representado por uma obra de Pêcheux: Análise Automática do Discurso (1969), semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975) e O discurso: estrutura ou acontecimento (1983).

No âmbito da primeira fase da AD, o processo de produção discursiva é entendido como "uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são atravessados por uma ideologia e são assujeitados" (PÊCHEUX, 2014, p 307). Assim, devido a essa maquinaria, o sujeito não é a fonte de seu próprio discurso, uma vez que está subordinado a regras específicas que delimitam o que diz, pois quem de fato fala, que determina o que de ser dito é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia.

No dizer de Mussalim (2004), na segunda fase, a noção de máquina estrutural fechada em si começa a ser revista, devido à incorporação do conceito de Formação Discursiva (FD), tomado de empréstimo do filósofo Michel Foucault (1986). Ao incorporar essa noção, Pêcheux considera a FD como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (PÊCHEUX, 1995 p.160). Partindo desse conceito de FD, temos que o sujeito, nessa segunda fase, não é mais marcado pela ideia de unidade, mas sim pelo fato de que pode assumir várias posições diferentes de acordo com as formações discursivas das quais faz parte.

Ainda assim, o sujeito continua não sendo completamente livre, pois "sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica" (MUSSALIM, 2004, p.133). Avançando nessa linha tempo, no que diz respeito à terceira fase da AD, que vigora até o presente momento, temos um sujeito heterogêneo (diferente do sujeito da primeira fase da AD), ainda submetido às FDs às quais pertence (como o sujeito da segunda fase da AD), mas agora marcado pelo primado do interdiscurso, entendido como "aquilo que compreende o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a resignificação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível" (LEANDRO FERREIRA, 2001, p.17).

Importante destacar, que apesar de as duas primeiras fases da AD já conceberem o sujeito como inconsciente, é neste último momento da teoria que se faz mais explícita na concepção de um “eu” que perde sua centralidade, já que o “outro” – que pode ser entendido tanto como o interdiscurso, quanto como o inconsciente – passa a compor esse sujeito descentrado, clivado, dividido. A AD de terceira fase propõem um olhar voltado ao homem e sua realidade material e social, ou seja, não desprende a forma de seu conteúdo, mas, busca compreender a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando (ORLANDI, 2020). AD de terceira fase irá trabalhar, portanto, com a construção dos objetos discursivos, dos acontecimentos que permeiam esses objetos bem como os lugares enunciativos no fio intradiscursivo os quais nos permitem trabalhar com o discurso “de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (PÉCHEUX, 2014, p. 313).

Nesse sentido, pensamos o discurso como um processo mais amplo em sua rede de significações, levando em conta “o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2020, p. 14). Desse modo, os estudos discursivos procuram pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito, ou seja, a história e a sociedade não são pensadas como se fossem separadas e independentes entre si, mas, sim, em um sistema complexo que relaciona a linguagem a sua exterioridade (ORLANDI, 2020). É na terceira fase, que a AD deixa de lado completamente a noção de Máquina Discursiva, suplantada pelo conceito da Interdiscursividade. Nesta fase, os discursos deixam de ser vistos como tendo uma constituição independente, e passam a ser considerados na simultaneidade em que atravessam uma Formação Discursiva. A identidade das formações discursivas é estruturada pela relação interdiscursiva. O interdiscurso passa a ser uma das principais teses da AD.

Ao referenciar a definição de Charaudeau & Maingueneau (2002), Possenti (2009) afirma que eles concebem o interdiscurso como “conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”, se se pensarmos numa definição restritiva, ou ainda um “conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita”, se tivermos uma em consideração uma definição mais ampla.

As pesquisas atuais tomam essencialmente por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-constituídos, seus discursos

relatados etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual se separa.

Podemos então, reiterar que a terceira fase da A mostra-se dominada pela afirmação do Interdiscurso como desencadeador dos dizeres, afastando-se da concepção de discurso como algo fechado em si mesmo, de discurso homogêneo, para defender a ideia de que todo discurso é heterogêneo, isto é, atravessado por outros discursos. Para a AD a língua continua sendo vista como algo bem mais profundo e complexo que uma estrutura (conjunto de regras internas que mantém a organização de um sistema), devendo ser relativizada sua autonomia, uma vez que sobre essa estrutura atuam sujeitos históricos e ideologicamente constituídos. Desse modo, o sentido se mantém como histórico e ideologicamente constituído, na medida em que a AD não quer atravessar o texto para encontrar nessa estrutura.

Com essa retomada, assumimos nossa ancoragem teórica na Análise do Discurso (AD) possibilita dispor de um método de interpretação dos objetos de linguagem, tendo como diretriz norteadora a premissa de que o discurso não se constitui num dado, mas sim a manifestação das redes de memória que constituem o dizer. Por essa complexidade a AD reivindica uma região teórica própria (ORLANDI, 1994) e, dessa forma, mobiliza deslocamentos de outras áreas possibilitando uma abordagem que dê conta do histórico, do social e do ideológico sem, no entanto, prescindir do linguístico.

Buscando analisar as formas textuais de representação do político e do ideológico, podemos afirmar, com Orlandi (1990), que, na verdade, ao nos filiar-mos à AD, fazemos mais, uma vez que a análise do funcionamento discursivo faz emergir uma nova percepção do político, que se constitui na materialidade do discurso visto, a um só tempo, numa perspectiva linguística e histórica.

Servimo-nos, então, da Análise do Discurso porque ela introduz, nesse processo de reflexão sobre o discurso, o sujeito e a história, ambos interpelados pela ideologia. Segundo Orlandi (1994), entretanto, após a morte de Pêcheux, embora não seja possível separar sujeito e história, os estudos discursivos tomaram o rumo das teorias do sujeito. Para a pesquisadora, não foram muitos os que conseguiram preservar a dimensão do político em seus estudos, ainda que fosse ideia corrente a necessidade de não se perder de vista o político e a ideologia como engendradores da Análise do Discurso. A AD desloca o que habitualmente se assume como político e, ao fazê-lo, cria uma deriva de sentidos em que o histórico deve ser apreendido à luz do político e, em razão disso, atravessado pela ideologia. Nessa complexidade, na qual se vê o discurso enquanto fato, a AD constitui um lugar particular entre a linguística, a psicanálise e as ciências das formações sociais (ORLANDI, 1990).

Precisamos entender a apropriação dos pressupostos teóricos da AD como um dispositivo que coloca o campo da língua e o campo da sociedade, apreendida pela história, em relação constantemente renovada de tensão e de interdependência, permitindo-nos conceber que o linguístico, o político e o ideológico estão engendrados no interior de uma formação discursiva 2.

Esses atravessamentos produzem ressonância no fato de que o discursivo se possibilita como materialização do ideológico no campo do linguístico. No âmbito de nosso trabalho, o discurso se apresenta, nessa linha de reflexão, como espaço das questões que dizem respeito à relação da linguagem com a sua exterioridade, ou melhor, do objeto linguístico com o objeto histórico, num espaço potencial entre a linguística e as ciências sociais. Procuramos problematizar a natureza da concepção de sujeito e de linguagem, mostrando que o sujeito e o sentido não são transparentes.

Essa posição só pode ser sustentada justamente porque, ao pensarmos o discurso como um campo de estabilização de saberes, criamos, no dizer de Orlandi (1994), uma região teórica própria, tanto em relação à linguística como em relação às ciências sociais em geral. Essa visão não deve ser percebida como a exclusão da relação com essas outras ciências, pelo contrário, mantém-se a relação entre esses outros campos disciplinares.

Ao deslocar conceitos, os estudos desenvolvidos em AD, permitem um entendimento mais aguçado dos processos sociais. A história, por sua vez, desloca-se do eixo do tempo em si e inscreve-se na perspectiva de uma prática - não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as práticas que se processam em relação ao poder (que é da ordem do político). Na abrangência dessa perspectiva, nosso desafio é, então, apreender a historicidade de um dado texto e não lhe extrair um sentido cristalizado, evidenciando, dessa forma, a noção de que não há o sentido uno, mas sim a potencialização de sentidos que se produzem numa dada formação discursiva. Isso porque, como diz Orlandi (2002), o sentido não está numa palavra ou enunciado, mas imbricado com a rede de memória e com as condições de produção. Com isso, é estabelecida uma perspectiva de possibilidade do/no 'devir', existente em potência.

Foucault (1986), em "Arqueologia do Saber", é quem constrói o conceito de formação discursiva em seus questionamentos para tratar as condições históricas e discursivas em que se constroem os sistemas do saber. Para Foucault, aquilo que define uma formação discursiva não é a unidade que apenas aparentemente existe entre enunciados, mas sim um sistema de dispersão que, de alguma forma, entretanto, torna possível detectar uma regularidade entre enunciados.

No âmbito de nossa leitura dos editoriais, o sentido é visto por esse mesmo ponto de vista, como o possível, o não-preenchido, uma vez que o jogo de sentidos entre o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1996) tem sua matriz nessa fragmentação do discurso, nas brechas e equívocos que se abrem como possibilidades de análise e de questionamentos. Entendemos, assim, que o dizer é fragmentário, composto por uma alteridade intrínseca, por um exterior que o constitui (INDURSKY, 2003).

Para tanto, no âmbito de nossa análise, é imprescindível começarmos a refletir sobre a ideologia, pois é através de sua ação que são organizados um imaginário (individual e coletivo) e uma lógica de identificação social. Entendemos que a campanha publicitária objeto de nosso trabalho opera a partir do veículo de comunicação que coloca em funcionamento uma formação ideológica. Nesse funcionamento, o veículo de comunicação assume um papel que é próprio de um aparelho de estado.

Formação discursiva e ideologia

Ao resgatarmos os conceitos de discurso, sujeito e sentido, foi se delineando o papel exercido pela ideologia, enquanto uma força discursiva que institui e condiciona dizeres, articulados na rede de memória. Encontramos, então, em Althusser (1974) a concepção de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência. Isso significa dizer que a ideologia não é a representação imaginária dos indivíduos sobre suas condições de existência, mas das relações imaginárias dos indivíduos com as condições de existência. Nessa lógica, o homem produz um imaginário por meio do qual se estabelecerá sua relação com as condições de existência. Segundo Althusser (Ibid.), podemos dizer que a ideologia opera não sobre o mundo, mas sobre a relação do sujeito com o mundo; dito de outra forma, é a relação do sujeito com suas condições reais de existência.

Podemos dizer ainda que nesse processo, que é intrinsecamente simbólico, toda ideologia é constitutiva da relação dos sujeitos com as relações de produção. Os sujeitos estão, por essa razão, sempre numa relação de assujeitamento ideológico. Esse processo de interpelação do sujeito, que é atravessado por uma formação ideológica, não é tematizado, uma vez que é da ordem dos dispositivos de funcionamento discursivos e ideológicos.

Esse entendimento suscita um distanciamento da realidade, uma vez que essas relações são simbólicas e representadas abstratamente. Esse processo, ainda na perspectiva de Althusser (2022), pode ser a causa para a alienação, no imaginário, da representação das

condições de existência dos sujeitos, que é produzida como um efeito de sentido do assujeitamento.

Ainda segundo Althusser, a ideologia tem uma existência ligada sempre a um aparelho e na sua prática ou práticas; essa existência, que por sua vez, é material não pode ser compreendida como a existência material de um objeto qualquer. Para o autor a relação imaginária dos indivíduos no corpo de uma ideologia é dotada de existência material. Podemos, então, dizer que a existência da ideologia é material, na medida em que as relações experimentadas no seu interior implicam a participação dos sujeitos em certas práticas regulamentadas que são identitárias de um dado aparelho ideológico e que a ideologia interpela indivíduos enquanto sujeitos. E mais, que não existe ideologia senão através do sujeito. É certamente nesse particular que tem sido apontada sua contribuição à teoria da ideologia - a formulação da teoria da interpelação do sujeito. Os sujeitos, envolvidos nesse movimento de constituição e assujeitamento, participam sempre de um sistema de representações simbólicas no qual já ocupam sempre o lugar de sujeito.

Althusser (1978) enfatiza a autonomia relativa da ideologia, uma vez que, para o autor, longe de ser meramente 'ideias' descorporificadas, a ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') dos indivíduos em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família, o direito ou a mídia que, na concepção do autor, funcionam como dimensões ideológicas do Estado— dispositivo a que chamou de aparelhos ideológicos de estado (AIEs).

Para o autor podem ser designadas como Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) certas instituições distintas e especializadas. Assim, ainda que sem dar conta dessa complexidade, propõe que sejam consideradas como AIE as seguintes instituições: a) AIE religiosos - são agrupadas aqui as diferentes Igrejas; b) AIE escolar - englobando as escolas pública e privada; c) AIE familiar; d) AIE jurídico; e) AIE político - o sistema político, os diferentes partidos; f) AIE sindical; g) AIE de informação - os meios de comunicação de massa/social; h) AIE cultural - Letras, Belas Artes, esportes, etc. Para Althusser existe ainda o Aparelho de Estado, que ele passa a chamar Aparelho Repressivo do Estado - ARE. Diz ainda que é importante sabermos que o ARE pertence ao domínio público, enquanto os AIE estão ligados ao domínio privado. Essa distinção, no entanto, não é suficiente para uma delimitação de um e outro, na medida em que os limites entre o público e o privado se constroem em torno de situações arbitrárias, impostas pelos detentores do poder. (ALTHUSSER, 2022)

Um aparelho ideológico pode ser pensado como um complexo de formações ideológicas relacionadas entre si. Pêcheux (1996) sugere que uma formação discursiva (FD) é aquilo que uma determinada formação ideológica determina em termos do que pode e deve ser dito. Isso deve ser pensado a partir das condições de produção do discurso e as posições de sujeito, uma vez que as palavras mudam seu sentido, assumindo outros em virtude das posições de quem as mobiliza (PÊCHEUX, 1996). Duas diferentes formações discursivas, ainda que tenham determinadas palavras ou expressões em comum, vão diferir nas relações entre essas e dessas com outras formulações. Nessa mesma linha, os sentidos dessas palavras ou expressões aparentemente idênticas podem assumir perspectivas diversas, porque é sua relação com as outras, em dadas condições de produção, que determina seu sentido. As FDs são mobilizadas em complexos de FDs relacionadas, referidas como interdiscurso, e os sentidos específicos de uma FD são determinados de fora, por sua relação com outras FDs no interdiscurso. O estado particular do interdiscurso em um dado momento (quais as FDs nele contidas e quais suas relações) depende do estado da luta ideológica em um AIE. E essa determinação externa de FDs é algo de que os sujeitos não têm consciência. Tendem a perceber a si mesmos como fonte dos sentidos, quando, na verdade, são efeitos de um assujeitamento.

Os sujeitos sociais são constituídos em relação a formações discursivas particulares, bem como quanto a seus sentidos. Essas FDs são, de acordo com Pêcheux (1996), faces linguísticas de domínios de pensamento histórico-ideológico, constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e, simultaneamente, junto com ele, o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar.

O entendimento de ideologia e seu funcionamento, norteador de nossa perspectiva de análise, compreende que a ideologia é o que produz e imprime uma direção aos sentidos e o que faz com que os sujeitos os tomem como evidentes, no interior das formações discursivas.

Podemos considerar afirmar que um discurso sempre mobiliza sentidos que se constituem dentro de uma certa ordem, de uma organização e que se materializam nas práticas discursivas. No caso específico de nosso estudo, nas práticas do discurso que procura angariar a adesão da opinião pública, a transparência do sentido se opacifica e deixa irromper um não-dito, evidenciando que não existe neutralidade discursiva. A neutralidade é tão somente um efeito de evidência dos sentidos e, conseqüentemente, ideológica. De certo, não há discurso sem interpelação ideológica do sujeito, uma vez que está sempre-lá, constituindo todo discurso.

Seja de que forma for, há, no discurso, sempre um impossível de tudo dizer, pois a língua é constituída de falhas, faltas e equívocos. Além disso, sempre falamos de algum lugar, o qual passa a ser um referente que estabelece uma direção para as nossas formulações. Interpelado pela ideologia, o sujeito se posiciona e nesse lugar (de sentido e memória) algumas coisas podem e devem ser ditas, em lugar de outras que são silenciadas. As apropriações feitas dos vocábulos violência, abuso e negligência, constituem um funcionamento discursivo, no interior de uma determinada formação discursiva, produzindo certos sentidos, independentemente da vontade do sujeito falante.

O discurso, por sua especificidade, pode ser visto como um aspecto material da ideologia. Podemos pensar também que os discursos são direcionados, moldados por formações ideológicas. Nesse jogo, é determinado o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, numa determinada conjuntura, ou seja, essa posição diz respeito à relação de assentamento de saberes, produzindo um efeito de homogeneização discursiva. O funcionamento ideológico determina a formação discursiva, possibilitando o processo de assujeitamento - interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso. É nesse processo que o sujeito se filia a uma FD.

Discurso e história – processos constitutivos

A memória histórica, concebida, no âmbito da AD, como constituída por relações interdiscursivas possibilita detectar as descontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas que justapõem recortes de memória. Essa concepção de História implica romper radicalmente com qualquer busca das origens ou de um sistema de causalidade, substituídos por um caráter de multiplicidade de dizeres: a busca de coerências significantes entre discursos que na aparência não têm outras relações senão a de simultaneidade.

Na formulação do discurso da História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros (NORA, 1993). Essa seleção denuncia a orientação político-ideológica de uma época, já que os documentos conservados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade, sob os condicionamentos de um lugar social. Ao desmontar os documentos e interpretar as suas condições de produção, o analista de discurso procura interpretar a forma como a sociedade se representa. Por isso, a memória não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos: trata-se de entender os condicionantes da memória como condição de seu funcionamento discursivo, produzindo efeitos de sentido num momento e silenciando, pelo esquecimento, outros.

Entendendo a História como interpretação, e não como resultado buscamos em nossa análise, os efeitos discursivos. As coisas e os sujeitos não pré-existem aos discursos, ao contrário, são esses que os constituem. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos, que definem representações.

Sujeitos, espaços, tempos são, portanto, noções históricas, densas em sua materialidade, carregadas de tempo, definidoras de espaços, que nascem em algum momento e que têm efeitos práticos. Designam uma gama de práticas que precisam ser historicizadas, desconstruídas, desnaturalizadas (RAGO, 2002, p. 265).

Nossa análise buscou problematizar as relações entre o Estado e o veículo de comunicação, como um aparelho que cria as condições de possibilidade para a constituição de uma dada formação ideológica e suas manifestações discursivas. Optamos por dois editoriais do jornal O Globo: um de 29 de outubro de 2018 e outro de 31 de outubro de 2022.

Nossa análise permitiu-nos pensar que a memória é constituída não por um repertório de cenas vividas, conhecidas e sistematizadas em esquemas mentais disponíveis a qualquer instante, mas por um conjunto de estratégias, fazendo irromper os sempre-lá de outras formações discursivas.

Entre os recursos linguísticos utilizados podemos destacar no editorial de 2018 algumas sequências discursivas (SDs) nas quais o uso da terceira pessoa do singular + índice de indeterminação do sujeito gramatical se apresenta como recurso de esfriamento do texto.

SD1 - Como se esperava, leis foram respeitadas, norma inegociável num país já com três décadas sob a mesma Constituição, a que restabeleceu o regime democrático e respectivos direitos e liberdades.

O dizer da SD1 “Leis foram respeitadas” anula do processo eleitoral o fenômeno das *Fake News* em proporções jamais verificadas no cenário de uma disputa eleitoral. O uso do financiamento ilegal por parte de muitos empresários e a conivência dos órgãos de repressão aos abusos do poder político, econômico, diante de uma complacente fragilidade jurídica. O dizer inscreve-se a partir de uma nova ordem.

SD2 - Não se deve desconsiderar que os dois candidatos chegaram ao domingo com altas taxas de rejeição junto ao eleitorado.

Nessa SD2, ao igualar as taxas de rejeição, o dizer produz um efeito de silenciamento da memória discursiva aí constituída – de um lado a rejeição se deve a uma demonização e desacreditação jurídico-midiática do campo da esquerda com o notabilizado uso jurídico da posição de um juiz motivado por questões políticas para retirar do cenário político a maior expressão do campo democrático. Uma prática orquestrada ao longe de mais de 4 anos. Do

outro lado, um representa da extrema direita com discurso de ódio, bandeiras fascistas e flertando com o autoritarismo.

SD3 - Noticiou-se que Lula, de Curitiba, torcia para Fernando Haddad não ser derrotado por uma avalanche de votos.

O processo de desacreditação sentenciada à esquerda um lugar de esquecimento. Representava a vingança de uma sociedade que não reconhecia os avanços democráticos e a inclusão gerados deste o primeiro governo do campo democrático à esquerda. Já em 2013 com os movimentos de rua, com patrocínio de muitas forças políticas, empresarias e mesmo judiciárias já se preparava o terreno onde seria sepultado o projeto da esquerda liderado pelo PT. A prisão de Lula representou uma materialidade histórica e emblemática. O silenciamento do dizer, o cerceamento do discurso. Era necessária uma nova posição-sujeito, uma nova liderança, mas as forças contrárias se agigantaram.

Outra estratégia é como se os dados e fatos falassem por si; como se a verdade se apresentasse por meio desse recurso.

SD4 - A vitória de Jair Bolsonaro, na oitava eleição presidencial direta depois da redemocratização (...)

Essa sequência discursiva SD4 dá conta de legitimar o processo eleitoral como exercício pleno da democracia em sua oitava edição. Procura criar um efeito de memória histórica na linha do tempo.

SD5 - O fato de um líder popular, Lula, estar encarcerado por corrupção e lavagem de dinheiro, e ainda por cima ter estado à frente em pesquisas eleitorais, colocou no centro dos debates políticos o Poder Judiciário.

Essa sequência discursiva ao tocar no ponto mais importante desloca o sentido para um lugar de neutralidade, de segurança jurídica, quando na verdade o ativismo jurídico, nas decisões de um Juiz de Primeira Instância maculado por motivação política e ambições de poder que logo depois do pleito se confirmariam, com saída do magistrado que maculou a Justiça para uma posição no governo do opositor vitimado e encarcerado pelas decisões deste juiz.

SD6 - A pacificação interessa à nação, até porque há graves problemas econômicos que precisam ser resolvidos com a participação do Legislativo (...)

A SD6 fala de pacificação e busca construir as condições de existência naturalizada após uma eleição polarizada e muito desequilibrada pelo jogo de forças que se colocaram em favor de uma das campanhas.

SD7 - É missão adicional do novo governo fazer um trabalho competente na formulação de propostas, enquanto, da parte da oposição, cabe a ela, sem abrir mão de seu papel (...)

O dizer modalizado na SD7 revela a imposição feita à esquerda. Resignar-se e contribuir com o novo poder instituído, usando o argumento muito poderoso para a esquerda que tem pautas inclusivas: o número assustador de desempregados. Assim, a esquerda deve cooperar com o novo governo em nome do povo que está necessitado. Gera o efeito de silenciamento, de cerceamento do poder do dizer. Já no editorial de 2022, 31 de novembro, podemos ler:

SD8 - Lula tem uma oportunidade de redimir o Brasil. Para isso, ele precisará agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção.

A forma do dizer revela uma FD marcado pelo lugar da autoridade e do juízo de valor. O lugar do domínio: agir como Líder e não como ungido por uma facção. Quem seria a facção, seriam os partidos que se somaram na frente ampla, seriam as instituições do Estado Democrático de Direito, ou seriam os mais de 60 milhões de eleitores? Pergunta que já vem com um já-dito.

Em nosso enfrentamento de leitura, problematizamos a relações estabelecidas entre memória e história, entre o político e o discursivo. Buscamos refletir sobre o funcionamento discursivo e a produção de sentidos, historicamente constituídos, em nosso corpus.

Logo a seguir, podemos ler, na comparação entre dois governos, entre dois presidentes, uma estranha aproximação.

SD9 - Uma vez concluído seu novo governo, Lula terá ficado 12 anos no poder — período superado apenas por um antecessor no cargo, o ditador Getúlio Vargas.

Na SD9, ao aproximar Lula e Vargas há um não-dito que se revela no dizer, ou seja, faz irromper a permanência no poder como algo associado às ditaduras. Há uma ideologia sendo marcada de forma sutil nesse dizer.

Observando a sequência discursiva SD10, vamos perceber uma atenuação na avaliação do projeto de sociedade que estava se materializando com o governo derrotado:

SD10 - (...) os 60,3 milhões de votos em Lula foram uma resposta enfática do eleitorado ao autoritarismo tóxico e aos desmandos contumazes do presidente Jair Bolsonaro.

Ao não fazer uma crítica mais efetiva e necessário sobre o flerte constante com o fascismo e com as narrativas de golpe de Estado, o editorial suaviza ao chamar apenas de autoritarismo tóxico, como nas reações amorosas que acabam terminando. Talvez seja para que o veículo de comunicação não confronte os 58 milhões de eleitores alinhados a esse condão golpista que atenta contra a Democracia.

Mais adiante, diz o editorial:

SD11 - O sucesso da campanha petista traz um motivo para otimismo e outro para preocupação. Otimismo pela possibilidade de que a aproximação do centro político que se viu na reta final do segundo turno dê um rosto mais pragmático e menos ideológico ao novo governo. Além da contribuição inestimável do vice, Geraldo Alckmin, Lula só tem a ganhar abrindo espaço a figuras como Simone Tebet ou Marina Silva. Ele disse que “não existem dois Brasis” e prometeu que não governaria apenas para o PT. Precisa cumprir a promessa.

Marcando sua posição ideológica (FI) o jornal molda o dizer em torno de um (FD) que revela o modelo de governo que deseja ver se instalando. Modaliza o dizer para que a vitória seja alinhada mais especificamente à flexibilização e às alianças no campo mais ao centro e até à centro-direita, do que chama aqui de mais pragmático e menos ideológico. A citação do vice-presidente eleito e da senadora que apoio publicamente a candidatura dão o tom da articulação desejada.

Na próxima sequência discursiva destacada SD12, fica evidente o que estava em jogo no pleito de 2022 – a luta pela Democracia:

SD12 - Acima de tudo, ninguém perderá o sono com a possibilidade de o ganhador da eleição de 2026 não assumir em janeiro de 2027.

Se ainda não estava claro, para um bom leitor fica evidente por meio dessa formulação discursiva que o atual governo esteve, ao longo de quatro anos, constantemente dando sinais de ruptura institucional e tomado do poder com o uso das forças armadas.

SD13 - Mas isso é o mínimo. Os desafios do Brasil continuam gigantescos, e há inúmeras dúvidas sobre o terceiro governo Lula.

SD14 - Qual Lula governará? O social-democrata da primeira metade do primeiro mandato? Aquele que defendeu um ajuste fiscal de longo prazo capaz de reduzir a dívida pública, aumentou o superávit primário, promoveu reformas para melhorar o ambiente de negócios, aperfeiçoou instrumentos de crédito e reduziu restrições à concorrência no setor privado? Ou o nacional-desenvolvimentista que veio em seguida?

As duas SDs destacadas, revelam muito do posicionamento ideológico adotado no editorial. Não primeira, que é sequencia imediata da SD12, ao colocar que o temos por um golpe era apenas uma das preocupações, há um apagamento muito significativo do dizer. Tona a ameaça quase imponderável.

Isso porque traz uma avaliação do que podemos esperar de um novo governo de Lula – controle fiscal ou desenvolvimentista. Esse dizer desconsidera o estado de abandona das políticas públicas e o fato de que o país voltou para o mapa da fome. Mas fala para um auditório que espera por isso, que busca no veículo essa caixa de reverberação de sua posição ideológica.

Na sequência discursiva SD15, a seguir, vamos encontrar o desejo do grupo e das forças que o veículo de comunicação representa.

SD15 - Ele precisa reunir nomes com credibilidade suficiente para reerguer o país dos escombros do bolsonarismo. Em especial na economia, área em que o PT jamais fez um acerto de contas honesto com o passado.

Ainda que admita que o legado do governo Bolsonaro tenha produzido um país de escombros, resgata as críticas às políticas econômicas de governos petistas. Não considera os ganhos sociais que os dois mandatos de Lula representaram. Na sequência de dizeres o editorial encerra com

SD16 - Ele está lá não apenas por ser Lula, mas sobretudo por não ser Bolsonaro. Precisa agir como o líder da coalizão plural pela democracia que o devolveu ao poder, não como o ungido por uma facção política interessada em locupletar-se. Por toda sua história de reveses e superação ao longo da vida, Lula tem plenas condições de reinventar-se para deixar um legado de união e progresso aos brasileiros. Mas um novo governo Lula só resgatará o Brasil do abismo se for mesmo novo.

A sequência discursiva 16 (SD16) reforça a postura que determina a formação discursiva (FD) dominante na construção do editorial. Sempre que traz vocábulo como facção, associa de certo modo, a práticas criminosas. Impõem ao novo governo que seja verdadeiramente novo, com o objetivo de reunificar o país, com um legado de união e progresso.

A formação discursiva, caracterizada pelos editoriais constitui um ponto em que o discurso se inscreve na rede de memória instituída pelo dizer, pois as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. A FD do discurso de opinião do veículo de comunicação constitui-se por diferentes saberes e o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados.

Ponto de parada e novos caminhos

Ancoramos nosso olhar na perspectiva teórica da AD objetivando o entendimento do discurso na sua relação com o que é constitutivo da língua. Nas falhas, nas fissuras do discurso, desvelamos sítios de sentidos que se faziam irromper. Quanto à constituição da história, na ordem do imaginário e do simbólico, a insistência do dizer, a repetição de um já-dito, se impôs como constitutivo do aparelho discursivo. Essa relação, que é uma construção simbólica, se dá

como efeito das tensões na rede de dizeres fundadores do uso dos vocábulos escolhidos, no interior das formações discursivas de que são constitutivos. A memória não se apresenta, na forma do dispositivo de análise, como natural e construída de forma cronológica. Ela cria substância ao se articular numa dada forma, produzindo efeitos de esquecimentos e apagamentos, que são constitutivos dos efeitos de sentido. Diante dessa memória precisamos compreender que as práticas não existem a não ser através de uma ideologia, conforme Pêcheux (1996).

A formação discursiva, caracterizada pelos procedimentos persecutórios e pelos documentos analisados”, constitui um ponto em que o discurso se inscreve na rede de memória instituída pelo dizer, pois as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. A FD em torno dos vocábulos constitui-se por diferentes saberes e o lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. Nossa leitura permitiu pensarmos que não estamos diante de uma reprodução de sequências discursivas, quando observamos a diversidade dessas formações de dizeres, mas do que pode ser repetido, reiterado.

O efeito de sentido, produzido pela posição-sujeito assumida pelos arautos de cada formação discursiva, produz uma memória que evoca o imaginário, para simultaneamente negá-lo. Como há um impossível de tudo dizer, quando em certos lugares discursivos, o discurso fez irromper marcas discursivas constituintes do dizer que se mantiveram ao longo do processo de constituição do dito e se fazem ecoar na sociedade contemporânea como um sempre-lá.

A tensão existente, ao se falar sobre a criação de um inimigo para ser odiado, justifica a ação no discurso, revela lugares discursivos não desejados, negados politicamente e silenciados discursivamente.

Nossa análise buscou problematizar as relações entre Aparato ideológico, como um aparelho que cria as condições de possibilidade para a constituição de uma dada formação ideológica e suas manifestações discursivas. E foi a memória discursiva que nos permitiu olhar para o que estava presente ou ausente nos enunciados, produzidos como deriva dos efeitos da memória constituída com por esse dizer.

Referências

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. 13ªed. São Paulo. Paz e Terra, 2022.
- ALTHUSSER, L. Posições I. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978,
- FOUCAULT, M. (1969). A Arqueologia do Saber. Trad. bras. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org). Discurso e mídia: a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003
- INDURSKY, Freda . A fala dos quartéis e outras vozes. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, Freda e CAMPOS, Mario do Carmo (org.) Discurso, memória e identidade. Porto Alegre: Sagra, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: Os Lugares de Memória. (traduzido de: Les lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1984.) SP - Brasil, 1993
- MUSSALIM, F. **Análise do discurso**. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 2., 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) Linguística:Questões e Controvérsias. Série Estudos, número 10, Uberaba, Fiube, 1984.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli . Discurso e Leitura. São Paulo, Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987
- _____. As Formas do Silêncio. Campinas, UNICAMP Editora, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. [org.] Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994
- _____. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico., Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. Discurso fundador: a formação do país e a construção de uma identidade nacional. Campinas: pontes, 2001.
- _____. Análise de discurso. Princípios e procedimentos. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. **Michel de Pêcheux e a Análise do Discurso**. Revista Estudos de Linguagem, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9 -13, 2005.
- ORLANDI, E. D. L. P. **Estrutura ou Acontecimento**. 7ª. ed. São Paulo: Pontes, 2014.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso, 1969. In: GADET, F e HAK, T. (org.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997a

PÊCHEUX, M. O discurso. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.

_____. (1988). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b

_____. (1982). O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. Cadernos de Tradução, 4, 35-55, 1998.

_____. Ler o arquivo hoje. IN ORLANDI, Eni. (org.) Gestos de Leitura. Da história do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994

_____. Papel da memória. IN ACHARD, Pierre. (et al) Papel da Memória. Campinas, SP: Pontes, 1999.

RAGO, M. Libertar a História. In et all. Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzscheanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Sobre o autor:

Carlos Renê Ayres

Mestre e Doutor em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; docente e pesquisador do Curso de Letras e do PPG em Letras (mestrado e doutorado) pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: ayres@unisc.br

Opinião do GLOBO

O Globo | 31 out. 2022

Lula tem uma oportunidade de redimir o Brasil

Para isso, ele precisará agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção



A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva replicando o sucesso de um presidente brasileiro eleito democraticamente para um terceiro mandato em um processo eleitoral, não é apenas um fato político, mas também um fato econômico e social. Lula terá ficado 12 anos no poder — período superado apenas por um antecessor no cargo, o ditador Getúlio Vargas. É certo que não foi a vitória de Lula que trouxe o Brasil de volta à democracia, mas o fato de que Lula tenha sido eleito presidente em um processo eleitoral democrático é um fato histórico de grande importância.

Para isso, ele precisará agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção. Lula precisa agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção. Lula precisa agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção. Lula precisa agir como líder de uma frente plural, não como ungido por uma facção.

Se os dois mandatos anteriores de Lula servem de guia, pelo menos no comportamento presidencial a combater a corrupção, programas sociais voltaram a ganhar foco. Na área ambiental, o combate ao desmatamento da Amazônia será prioridade. No cenário internacional, o Brasil voltará a dialogar com as grandes potências. A área de saúde, que ganhou destaque no governo de Lula, não assumirá em janeiro de 2027.

Mas isso é o mínimo. Os desafios do Brasil continuam gigantesco, e há inúmeras dúvidas sobre o terceiro governo Lula. O país que ele herdará do

29/10/2018

Opinião do GLOBO

Segunda-feira 29/10/2018 | O GLOBO

A hora do rodízio democrático no poder

A derrota do PT para uma direita assumida realça o mecanismo de oxigenação do regime pelo voto

A vitória de Jair Bolsonaro, na oitava eleição presidencial direta depois da redemocratização, é o desfecho de uma campanha intensa, com vários ingredientes de elevada combustão. Por isso mesmo, foi um pleito que serviu para atestar a solidez do estado democrático de direito. E consolidou ainda mais.

O fato de um líder popular, Lula, estar encarcerado por corrupção e lavagem de dinheiro, cenário por cima ter estado à frente em pesquisas eleitorais, colocou no centro dos debates políticos o Poder Judiciário. O PT e advogados do ex-presidente exerceram pressão máxima, de várias formas, legais e outras nem tanto, para que o candidato Lula pudesse tentar despaixar no Planalto pela terceira vez.

Mas, para isso, seria preciso desobedecer a Lei da Ficha Limpa, segundo a qual foi condenado em duas instâncias a ficar inelegível por oito anos. Sem a possibilidade de qualquer mudança na legislação pelas vias normais do Congresso, restaria algum inaceitável contrabandismo em tribunais, nunca reinterpretando a lei, para restabelecer a elegibilidade de Lula. Este sim, um "golpe".

É preciso que os dois blocos ideológicos ajudem a

sofrou o candidato Bolsonaro em Juiz de Fora. Muito antes disso, a radicalização veio sendo fermentada no próprio Palácio do Planalto de Dilma, convertida em barreira para defender a presidente do impeachment de "arna na mão", ou em ameaças com a de Lula de chamar o "exército de Stedilic". Baldeas, mas que ajudaram a envenenar o ambiente.

Toxidade para a qual contribuiu também o candidato do PSB, ao repetir na campanha absurdos proferidos da tribuna livre da Câmara, que ocupava como membro do desimportante baixo clero. Deveria ter percebido que mudara de status.

A pacificação interessa a nação, até porque há graves problemas econômicos que precisam ser resolvidos com a participação do Legislativo, que terá de aprovar leis e emendas constitucionais. O presidente Jair Bolsonaro precisará de votos para isso. O que implica negociações entre oposição e governante, muitas vezes pelo interesse público.

Não se deve desconsiderar que os dois candidatos chegaram ao domingo com altas taxas de rejeição junto ao eleitorado. Haddad e PT mais que Bolsonaro, este também com índice elevado de não aceitação. Há, portanto, um compreensível mau humor da população com a política e os políticos.

decadas sob a mesma Constituição, a que restabeleceu o regime democrático e respectivos direitos e liberdades.

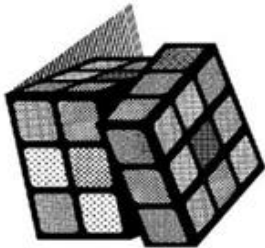
Focarem via pressões políticas, clicanas advocáticas, lobbies e manobras no exterior, inclusive na ONU, Valer, como deve valer sempre, a decisão do Judiciário brasileiro, poder independente como estabelecera a Carta.

A eleição de Bolsonaro, ex-capitão do Exército, deputado federal com sete mandatos, abre um novo ciclo na democracia brasileira. Pois segue-se um governo de direita assimada aos 13 anos de poder petista em Brasília — antecedido por oito em que o PSDB, legenda de origem social-democrata, ocupou o Planalto.

Com uma pauta conservadora, escolhida pelo eleitor, o novo governo, com militares em seus quadros — Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros generais —, será como todos os anteriores. Não importa se contará com militares ou civis. Perante a Constituição, não faz diferença.

Muito além de um gesto diplomático, pós-eleitoral, o acerto da conciliação é necessário, devido à intolerância e agressividade que intoxicaram a campanha. Tendo atingido o climax no atentado que

pacificar o país, essencial para o enfrentamento dos graves problemas nacionais



Por tudo isso, o resenhado das urnas indicou grande divisão na sociedade. É missão adicional do novo governo fazer um trabalho competente na formulação de propostas, enquanto, da parte da oposição, cabe a ela, sem abrir mão de seu papel, entender que logo no início da gestão de Bolsonaro estarão em jogo questões das quais depende o futuro dos brasileiros, mais especificamente, de forma imediata, dos 12,7 milhões de desempregados e seus dependentes, cujo destino está ligado à recuperação efetiva da economia. Não qualquer bolha inflada por gastos públicos. Os desempregados não podem ser reféns da luta político-partidária e ideológica.

Notícia-se que Lula, de Curitiba, torça para Fernando Haddad não ser derrotado por uma avalanche de votos. Assim, a oposição (PT etc.) poderia engar muitos obstáculos à frente do novo governo. Não se divide, porque o lulopetismo já demonstrou como exerce o poder e faz oposição, quando todos os meios são justificáveis.

Enfrentar este cenário difícil não será apenas um desafio para governo e oposição, mas também para o próprio regime democrático, com seus pesos e contrapesos.

Opinião do GLOBO

Princípios editoriais das Organizações Globo: <http://globo.com/pt/edi>